

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, os quais determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego da rodovia. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e das vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visaram confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio e incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para aplicação de testes nos controles automatizados utilizados pela Companhia; (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes; e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas em contrato.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas e julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou estarem indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.665	27.004	Fornecedores		8.489	8.788
Aplicação financeiras	7	499	-	Empréstimos	13	46	51
Clientes	8	11.677	10.440	Debêntures	14	287.986	66
Tributos a recuperar		67	46	Arrendamentos a pagar	15	37	-
Despesas antecipadas		105	11	Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.112	2.607
Partes relacionadas	16	50	30	Obrigações sociais e trabalhistas		2.293	2.700
Outros créditos		825	717	Partes relacionadas	16	2.596	4.587
Total do ativo circulante		<u>34.888</u>	<u>38.248</u>	Obrigações com Poder Concedente	18	255	232
				Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	2.408	11.082
				Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar		207	260
				Provisão para manutenção	17	8.272	7.847
				Outras contas a pagar		<u>354</u>	<u>324</u>
				Total do passivo circulante		<u>316.055</u>	<u>38.544</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	9	303	353	Empréstimos	13	-	46
Imobilizado	10	5.549	5.034	Debêntures	14	-	273.593
Intangível	11	<u>356.270</u>	<u>328.554</u>	Arrendamentos a pagar	15	14	-
Total do ativo não circulante		<u>362.122</u>	<u>333.941</u>	Tributos diferidos	12.a)	2.277	2.975
				Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	19	1.743	1.504
				Provisão para manutenção	17	4.661	4.331
				Outras contas a pagar		<u>3.268</u>	<u>2.478</u>
				Total do passivo não circulante		<u>11.963</u>	<u>284.927</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	20.a)	17.755	17.755
				Reserva de lucros - legal	20.c)	3.551	3.551
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		578	578
				Reserva de capital - ágio na incorporação		4.900	4.900
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos		<u>42.208</u>	<u>21.934</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>68.992</u>	<u>48.718</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>397.010</u></u>	<u><u>372.189</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>397.010</u></u>	<u><u>372.189</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA	21	378.442	356.781
Custo dos serviços prestados	22	(179.330)	(174.404)
LUCRO BRUTO		<u>199.112</u>	<u>182.377</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	22	(16.755)	(17.606)
Outras receitas (despesas), líquidas	45		(8)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>182.402</u>	<u>164.763</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	1.903	1.832
Despesas financeiras	23	<u>(19.471)</u>	<u>(20.439)</u>
		(17.568)	(18.607)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>164.834</u>	<u>146.156</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	12.b)	(56.022)	(50.950)
Diferidos	12.b)	<u>698</u>	<u>2.488</u>
		(55.324)	(48.462)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>109.510</u>	<u>97.694</u>
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO		<u>6,17</u>	<u>5,50</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	109.510	97.694
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>109.510</u>	<u>97.694</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Plano de opção com base em ações	Agio na incorporação	Legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		17.755	572	4.900	3.551	6.907	-	33.685
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	6	-	-	-	-	6
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	97.694	97.694
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,10 por ação)		-	-	-	-	-	(1.476)	(1.476)
Dividendos intermediários pagos (R\$1,55 por ação)	20.d)	-	-	-	-	(6.907)	(74.284)	(81.191)
Dividendos adicionais propostos (R\$2,97 por ação)	20.d)	-	-	-	-	21.934	(21.934)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		17.755	578	4.900	3.551	21.934	-	48.718
Dividendos pagos		-	-	-	-	(21.934)	-	(21.934)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	109.510	109.510
Destinação do lucro:								
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,09 por ação)		-	-	-	-	-	(1.624)	(1.624)
Dividendos intermediários pagos (R\$3,70 por ação)	20.d)	-	-	-	-	-	(65.678)	(65.678)
Dividendos adicionais propostos (R\$2,38 por ação)	20.d)	-	-	-	-	42.208	(42.208)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		17.755	578	4.900	3.551	42.208	-	68.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	109.510	97.694
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	48.537	37.900
Perda/baixa de ativo imobilizado	197	8
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	17.788	17.974
Constituição de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	812	1.302
Atualização monetária de perdas cíveis e trabalhistas	1.272	78
Constituição de provisão para manutenção	6.528	11.357
Atualização monetária provisão para manutenção	1.028	959
Atualização monetária de depósitos judiciais	(6)	(16)
Plano de opção com base em ações	-	6
Juros capitalizados	(1.967)	(243)
Tributos diferidos	(698)	(2.488)
Obrigações com Poder Concedente	3.378	3.121
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	3
Provisão para imposto de renda e contribuição social	56.020	50.950
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(1.239)	939
Tributos a recuperar	(21)	(46)
Despesas antecipadas	(94)	-
Depósitos judiciais	56	296
Outros créditos	(108)	147
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(299)	2.426
Obrigações sociais e trabalhistas	(407)	(343)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	505	14
Partes relacionadas - fornecedores	(2.011)	(410)
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(1.845)	(1.698)
Outras contas a pagar	820	(2.886)
Pagamento de provisão para manutenção	(6.801)	(8.657)
Pagamento de Obrigações com poder concedente	(3.355)	(3.103)
Imposto de renda e contribuição social	(64.694)	(48.815)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>162.908</u>	<u>156.469</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(1.819)	(833)
Aquisição de intangível	(72.863)	(73.182)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(74.682)</u>	<u>(74.015)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aplicações financeiras	(499)	-
Pagamentos de empréstimos	(316)	(79)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(89.289)	(82.407)
Juros pagos sobre empréstimos, debêntures e arrendamentos	(3.461)	(3.456)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(93.565)</u>	<u>(85.942)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(5.339)</u>	<u>(3.488)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.004	30.492
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.665	27.004
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(5.339)</u>	<u>(3.488)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Introdução

A Administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2018.

Companhia

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão.

A Ecosul administra os segmentos da BR-116 entre Camaquã e Jaguarão e a BR-392 entre Rio Grande e Santana da Boa Vista, denominado como Polo Rodoviário de Pelotas (RS), com 457,3 km de vias federais.

A concessão reúne trechos vitais para as economias regional e nacional, sendo o maior deles o “corredor do Mercosul” (BR-116). Grande parte dos veículos que trafega anualmente pelas rodovias administradas pela concessionária é de carga, com destino ao Porto do Rio Grande. Além disso, a Ecosul é o principal acesso para turistas uruguaios em direção ao litoral brasileiro.

Nos últimos anos o escopo do Contrato de Concessão está passando por uma evolução dos parâmetros de atendimento, principalmente pela incorporação de segmentos duplicados da BR-116 e BR-392, propiciando a melhoria da prestação de serviços aos seus usuários e agregação de valor.

A concessão tem prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários.

Destaques operacionais e financeiros

O volume de tráfego atingiu 26.412 mil veículos equivalentes pagantes em 2019 (-0,2%).

A receita líquida atingiu R\$378,4 milhões em 2019. A receita líquida pró-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R\$309,0 milhões em 2019 (+8,2%).

O EBITDA pró-forma² totalizou R\$237,5 milhões em 2019 (+11,0%) e a margem EBITDA pró-forma, 76,9%.

Destaques (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Volume de tráfego ¹	26.412	26.473	-0,2%
Tarifa Média	12,79	11,78	8,6%
Receita Líquida	378,4	356,8	6,1%
EBITDA Pró-forma ²	237,5	214,0	11,0%
Margem EBITDA Pró-forma ²	76,9%	75,0%	1,9 p.p.
Capex	83,5	82,9	0,6%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

Volume de tráfego

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes apresentou redução de 0,2% em 2019.

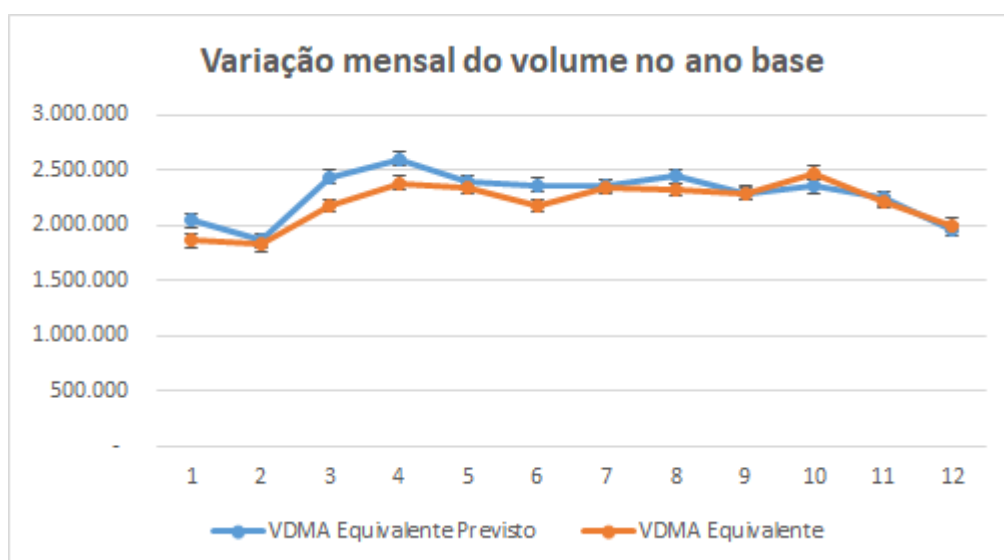
Veículos Leves: aumento de 2,7%, em função das melhores condições climáticas para o turismo na região.

Veículos Pesados: redução de 1,2%, devido à diminuição das exportações de soja pelo Porto de Rio Grande.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2019	2018	Var.
Leves	6.838	6.658	2,7%
Pesados	19.573	19.815	-1,2%
Total	26.412	26.473	-0,2%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês de 2019, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente, assim como o volume diário médio equivalente previsto na proposta.



Tarifa e tarifa média

Tarifa Média (em R\$)	2019	2018	Var.
Ecosul	12,79	11,78	8,6%

A tarifa média por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 8,6% em 2019.

Em janeiro de 2019, foi aprovado o reajuste das tarifas de pedágio, composto pelo reajuste anual contratual de 7,7%, degrau tarifário de 1,6%, referente ao aditivo contratual assinado em 2015, e decréscimo tarifário de 1,0% em decorrência dos impactos de revisões ordinária e extraordinária, totalizando um reajuste de 8,4%.

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2019.

Valor da tarifa por praça de pedágio em (em R\$)								
Praça de Pedágio	Categoria de veículo							
	1	2	3	4	5	6	7	8
P1 CAPÃO SECO	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P2 CRISTAL	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P3 GLÓRIA	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P4 PAVÃO	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70
P5 RETIRO	12,30	24,70	37,00	49,30	61,70	74,00	18,50	24,70

Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$407,7 milhões em 2019, aumento de 6,2% em relação ao ano anterior devido ao incremento das receitas de pedágio. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$29,3 milhões, aumento de 8,2% em relação a 2018.

Receitas de Pedágio: aumento de 8,3%, devido ao reajuste das tarifas de pedágio.

Receitas Acessórias: redução de R\$0,3 milhão, em função do decréscimo de contratos de uso da faixa de domínio.

Receita de Construção: redução de 2,6%, devido ao menor nível de obras contratuais.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$3.499,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2019.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2019	2018	Acumulado até 2017
Receitas de Pedágio	337,8	311,8	2.315,8
Receitas Acessórias	0,4	0,7	7,2
Receita de Construção	69,5	71,3	385,2
Total	407,7	383,8	2.708,2

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$196,1 milhões em 2019, aumento de 2,1% em relação a 2018. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$71,5 milhões, aumento de 0,2%.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Pessoal	18,0	18,6	-2,8%
Conservação e manutenção	13,5	12,1	11,0%
Serviços de terceiros	28,8	29,5	-2,3%
Seguros, poder concedente e locações	5,4	5,5	-1,5%
Outros	5,8	5,7	1,0%
Custos caixa	71,5	71,4	0,2%
Depreciação e amortização	48,5	37,9	28,1%
Provisão para manutenção	6,5	11,4	-42,5%
Custo de construção de obras	69,5	71,3	-2,6%
TOTAL	196,1	192,0	2,1%

Pessoal: redução de 2,8%, devido à diminuição das provisões de reclamações trabalhistas.

Conservação e Manutenção: aumento de 11,0%, em função do incremento das despesas de serviços de conservação vegetal.

Serviços de terceiros: redução de 2,3%, devido à economias repassadas pela empresa de serviços à Concessionária.

Seguros, Poder Concedente e Locações: redução de 1,5% devido, principalmente, à classificação contábil dos contratos de locação de acordo com o CPC 06 a partir de janeiro/19. Os contratos de arrendamento mercantil deixaram de ser contabilizados na rubrica locações e passaram a ser contabilizados como ativo.

Outros: aumento de 1,0%, devido ao incremento das despesas com combustíveis.

Provisão para manutenção: redução de 42,5%, devido à readequação do cronograma de provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações de pavimentos.

Depreciação e Amortização: aumento de 28,1%, em razão do incremento da base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis.

Custo de construção: redução de 2,6%, devido ao menor nível de obras contratuais.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado de R\$1.750,5 milhões desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2019.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2019	2018	Acumulado até 2017
Custos	196,1	192,0	1.362,5

EBITDA

Em 2019, o EBITDA totalizou R\$230,9 milhões. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção totalizou R\$237,5 milhões em 2019, aumento de 11,0% em relação a 2018 (margem EBITDA pró-forma de 76,9%).

EBITDA (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Lucro líquido	109,5	97,7	12,1%
Depreciação e amortização	48,5	37,9	28,1%
Resultado Financeiro	17,6	18,6	-5,6%
Imposto de renda e contribuição social	55,3	48,5	14,2%
Receita de Construção	69,5	71,3	-2,6%
Custo de Construção	(69,5)	(71,3)	-2,6%
EBITDA ¹	230,9	202,7	14,0%
Margem EBITDA ¹	61,0%	56,8%	7,4%
Provisão para manutenção	6,5	11,4	-42,5%
EBITDA Pró-Forma ²	237,5	214,0	11,0%
Margem EBITDA Pró-Forma ²	76,9%	75,0%	1,9 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012.

² Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$17,6 milhões, redução de 5,6% em relação aos R\$18,6 milhões negativos em 2018.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2019	2018	Var.
Juros sobre debêntures	(17,6)	(17,9)	-1,7%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(0,0)	(0,0)	-55,6%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,0)	(1,0)	7,2%
Receitas de aplicações financeiras	1,9	1,6	20,6%
Outros efeitos financeiros	(0,9)	(1,3)	-35,8%
TOTAL	(17,6)	(18,6)	-5,6%

Lucro líquido

Em 2019, o lucro líquido totalizou R\$109,5 milhões, aumento de 12,1% em relação a 2018.

Endividamento

A Ecosul encerrou dezembro de 2019 com saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$22,2 milhões e dívida bruta, composta por empréstimos e financiamentos e debêntures no valor de R\$288,0 milhões, em sua totalidade com vencimento no curto prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,3 milhão.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$265,9 milhões e o indicador de Dívida Líquida/EBITDA pró-forma em 1,1x.

Endividamento (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Curto Prazo	288,0	0,1	n.m.
Debêntures	288,0	0,1	n.m.
Empréstimos e financiamentos	0,0	0,1	-9,8%
Longo Prazo	-	273,6	-100,0%
Debêntures	-	273,6	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0	-100,0%
Dívida Bruta¹	288,0	273,8	5,2%
Obrigações com Poder Concedente	0,3	0,2	9,9%
Endividamento Bruto	288,3	274,0	5,2%
Caixa e equivalentes de caixa	22,2	27,0	-17,9%
Endividamento Líquido	266,1	247,0	7,7%
Dívida Líquida¹	265,9	246,8	7,7%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

Investimentos

Os investimentos totalizaram R\$83,5 milhões em 2019, devido aos investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras.

CAPEX (em milhões de R\$)	2019		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecosul	76,6	6,8	83,5

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

CAPEX (em milhões de R\$)	2019	2018	2017
Hardware e equipamentos de pedágio	1,1	0,4	0,6
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	0,7	0,4	2,0
Contrato de concessão	31,9	72,0	70,3
Intangível em andamento	49,4	9,7	6,8
Software de terceiros	0,3	0,4	0,1
Capex Total	83,5	82,9	79,7

Investimentos (em milhões de R\$)	2019	2018	2017
Intangível	81,6	82,1	2,5
Imobilizado	1,8	0,8	77,2
Investimentos totais	83,5	82,9	79,7

Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$231,0 milhões, isto é, 56,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 1,5 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$212,0 milhões e a representatividade de 55,2%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2019	2018	Var.
Valor adicionado líquido	231,0	212,0	9,0%
Receita operacional bruta	408	384	6,2%
Representatividade	56,7%	55,2%	1,5 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2019 foi de R\$16,9 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2019	2018	Acumulado até 2017
ISS - Imposto Sobre Serviço	16,9	15,6	71,4

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$89,3 milhões, constituído por (i) R\$21,9 milhões referentes ao saldo de dividendos remanescentes do exercício de 2018; (ii) R\$260 mil referente a juros sobre capital próprio remanescentes de 2018; (iii) R\$65,7 milhões referentes a dividendos intermediários do exercício de 2019; e (iv) R\$1,4 milhão (dos R\$1,6 milhão contabilizados) a título de juros sobre capital próprio de 2019. O saldo de R\$ 207 mil, referente a juros sobre capital próprio, está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

Planejamento e Gestão empresarial

O êxito que as concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Em 2019, as atividades relacionadas à gestão da qualidade foram embasadas na norma ISO 9001:2015, compreendendo todos os processos da Companhia, os quais passam por auditorias constantes, tanto internas como externas. Junto a esta certificação, possuímos também as certificações ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007. Todas as normas formam o Sistema de Gestão Integrada (SGI).

O SGI tem política definida, o qual esclarece que buscamos garantir que a Companhia seja referência em gestão sustentável de rodovias, proporcionando mobilidade, conforto e segurança aos usuários e agregando valor ao negócio. Aliado a isso, a busca de um ambiente que garanta a sustentabilidade da concessionária, através da realização de serviços que atendam aos requisitos especificados e ao mesmo tempo preservem o meio ambiente e a integridade física das pessoas envolvidas, assegurando o atendimento das necessidades e expectativas de seus clientes e outras partes interessadas.

Estas certificações confirmam o compromisso da Ecosul com o desenvolvimento sustentado do negócio e o alinhamento de sua gestão às melhores práticas de mercado.

Recursos Humanos

Em 2019, a Companhia investiu R\$25,0 mil (vs. R\$36,9 mil em 2018), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológicas e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento e de suas habilidades e seus potenciais.

Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo, com as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em 31 de dezembro de 2019. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, demonstra-se a quantidade de funcionários divididos por 100 km e multiplica-se pela extensão da concessão.

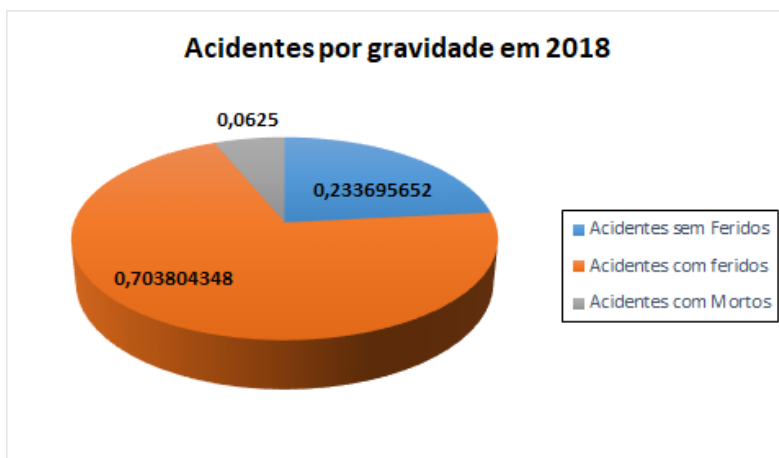
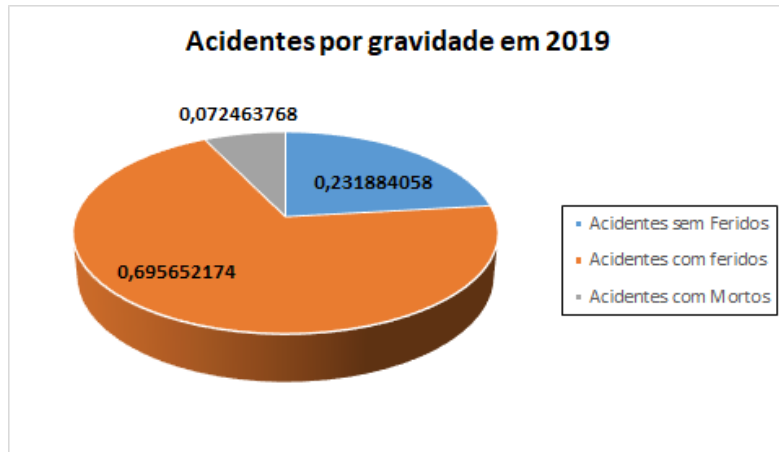
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	Qtde/100 km
Analista de Sistema Rodoviário	1	0,22
Controlador Sistema Rodoviário	10	2,19
Assistente Sistema Rodoviário	11	2,41
Operador Pedágio	127	27,77
Analista de CCO	1	0,22
Controlador de CCO	4	0,87
Operador de CCO	7	1,53
Assistente Tráfego	1	0,22
Operador Tráfego	13	2,84
Controlador de Balança	8	1,75
Operador Rodoviário	30	6,56
Auxiliar Atendimento Conservação	13	2,84
Atendente SAU	4	0,87
Motorista Operador Guincho Leve	25	5,47
Motorista Operador Guincho Pesado	9	1,97
Encarregado Operacional	1	0,22
Médico Coordenador	1	0,22
Médico	10	2,19
Enfermeiro	5	1,09
Técnico de enfermagem	26	5,69
Auxiliar de Enfermagem	2	0,44
Resgatista	30	6,56
Total de Pessoal - Operacional	339	74,13
Gerente de Atendimento ao Usuário	1	0,22
Coordenador Sistema Rodoviário	1	0,22
Coordenador Tráfego	1	0,22
Supervisor Sistema Rodoviário	1	0,22
Supervisor Tráfego	1	0,22
Analista Administrativo Serviços	1	0,22
Auxiliar Administrativo	1	0,22
Auxiliar de serviços gerais	2	0,44
Gerente de Operações	1	0,22
Total de Pessoal - Pedágio	10	2,19
Total de Pessoal - Concessionária	349	76,32

Indicadores Operacionais

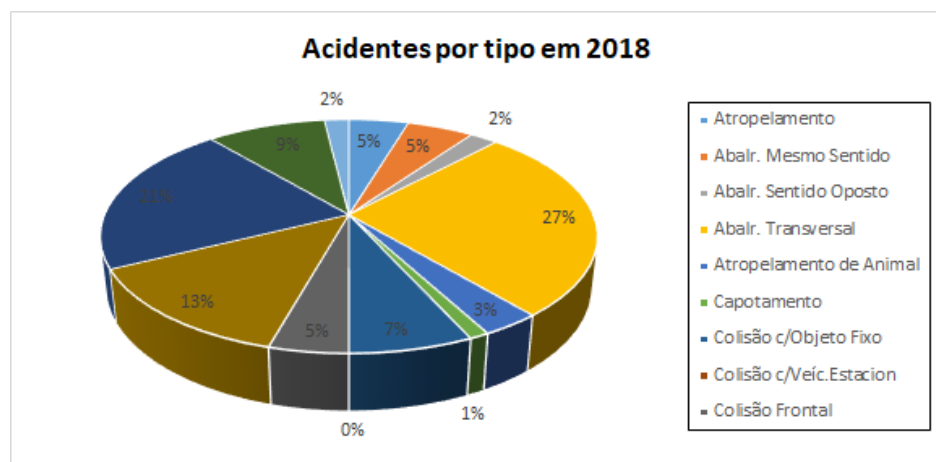
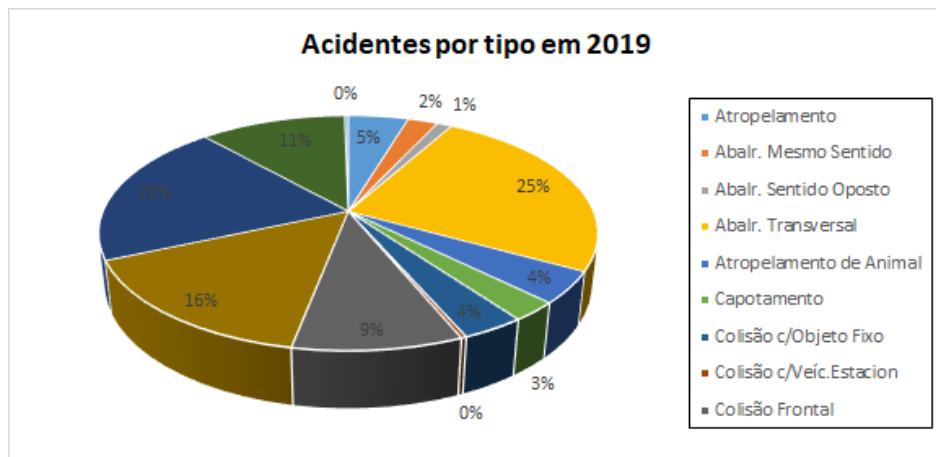
Segurança no Trânsito

Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Veículo Inspeção Tráfego (VIT)	4	0,9
Guincho Leve	6	1,3
Guincho Pesado	2	0,4
Ambulância	6	1,3
Veículos de Apreensão	2	0,4
Supervisão Resgate	2	0,4
Total de veículos operacionais	22	4,8
Supervisão de Tráfego	1	0,2
Coordenação de Arrecadação	1	0,2
Total de veículos de apoio	2	0,4
Total de veículos aplicados na concessão	24	5,2

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa		Referência
Quilômetros da rodovia	457,3 km	
Número de veículos que transitaram	CAT1: 6.406 mil	
	CAT2: 872 mil	
	CAT3 a CAT8: 3.400 mil	
Tarifa	Variado conforme CAT, veja tabela de tarifas	
Número de praças de pedágio	5 (cinco)	
Número de quilômetros mantidos	457,3 km	
Índice de congestionamento	Não aplicável.	
Trânsito Médio Diário Equivalente	72.360 mil	
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	72.336 mil	
Equipes utilizadas pela concessionária	349 funcionários	
Índices de qualidade de estrada	Não aplicável.	
Receita de pedágio em 2019	R\$ 337,8 milhões	
Custos associados às receitas de pedágio em 2019	R\$ 126,6 milhões	
Fator Trabalho		
Número de trabalhadores	349 funcionários	
Despesas com pessoal em 2019	R\$ 18 milhões	
Fator Capital		
Despesas de depreciação	R\$ 48,5 milhões	
Ativo líquido	R\$ 22,2 milhões	
Ativo bruto	R\$ 397 milhões	
Série histórica dos investimentos	R\$ 246,1 milhões	
Custo de oportunidade de capital em 2019	8,47%	
Fatores Intermediários		
Despesas em administração	R\$ 16,8 milhões	
Despesas em manutenção	R\$ 13,5 milhões	
Outras despesas	R\$ 5,8 milhões	
Seguridade		
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 1.656	
	Com feridos: 1.167	
	Com mortos: 61	
Indicadores		
Tarifa média	R\$ 12,9	
Custo por veículo ou km	R\$ 6,79	

Balanco Social

	2019	2018
1 - Base de cálculo		
Faturamento Bruto	403.703	383.830
Receita líquida (RL)	378.442	356.781
Resultado Operacional (RO)	182.402	164.763
Folha de Pagamento bruta (FPB)	18.041	18.564
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	18.041	18.564
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.718	10%	0%	1.702	9%	0%
Encargos sociais	3.026	17%	1%	3.212	17%	1%
Previdência privada	200	1%	0%	202	1%	0%
Saúde	2.155	12%	1%	2.086	11%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	82	0%	0%	83	0%	0%
Educação	49	0%	0%	34	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	15	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	20	0%	0%	35	0%	0%
Creches ou auxílio creche	66	0%	0%	50	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	871	5%	0%	1.132	6%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	8.187	45%	2%	8.551	46%	2%

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	914	5%	0%	783	4%	0%
Saúde e saneamento	463	3%	0%	94	1%	0%
Esporte	232	1%	0%	196	1%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	252	1%	0%	239	1%	0%
Outros	275	2%	0%	389	2%	0%
Total de contribuições à sociedade	2136	12%	1%	1701	9%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	2.136	12%	1%	1.701	9%	0%

4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	0	0%	0%	91	0%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	35	0%	0%	20	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	35	0%	0%	111	1%	0%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período		
Tempo de serviço	16,1% até seis meses 11,6% de seis meses a um ano 7,3% entre um e dois anos 16,6% entre dois e cinco anos 48,4% mais de cinco anos	5,9% até seis meses 15,5% de seis meses a um ano 5,2% entre um e dois anos 30,3% entre dois e cinco anos 43,1% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	64	32
Nº de demissões durante o período	50	47
Nº de colaboradores terceirizados	592	573
Nº de estagiários (as)	2	1
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	52	39
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	187	199
Nº de colaboradores acima de 45 anos	50	52
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	161	152
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	20%	0
Remuneração paga a mulheres no período	2.606	216
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	42	24
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0
Nº de pessoas com deficiência física ou N.E.	6	7
Total de horas extras trabalhadas	21.683	21.245
Total de horas extras pagas	21.683	21.245
Total de INSS pagos	2.425	2.324
Total de FGTS pago	620	888
Total de Contribuição Sindical paga	43	41
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	38.864	35.674
Total de CSLL recolhidos no período	14.886	13.574
Total de PIS recolhidos no período	2.211	2.041
Total de COFINS recolhidos no período	10.224	9.438
Total de outros tributos recolhidos no período	16.896	15.609

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	31,47%	62,90%

Número total de acidentes de trabalho	0	1
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve () segue as normas da OIT (X) incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas	95,27% na Concessionária 0,00% no PROCON 4,73% na Justiça	92,93% na Concessionária 0,12% no PROCON 6,95% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir Distribuição do Valor Adicionado	36,0% governo 46,6% acionistas 7,7% colaboradores 9,7% terceiros xx% retido	35,3% governo 45,7% acionistas 8,7% colaboradores 10,3% terceiros xx% retido

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2019: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2019 totalizaram R\$74,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

A Administração

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL ("Ecosul" ou "Companhia") foi constituída em 19 de janeiro de 1998 com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas. A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511. O fim da concessão está previsto para março de 2026. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$281.167 (ativo circulante de R\$34.888 e passivo circulante de R\$316.055), principalmente decorrente de debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 18 de fevereiro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico, no qual a Companhia atua.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 23).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 11, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos das debêntures

Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2019 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2)) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de

remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 4,85% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, houve alterações após a aplicação do CPC 06 (R2) arrendamentos, conforme descrito a seguir:

O CPC 06 (R2) passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante de ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC 06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) apenas para os contratos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), a Companhia optou também por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo, que são contratos com duração máxima de 12 meses) e de baixo valor, que são contratos cujo valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a R\$10 (considerado pela Companhia).

Os impactos mais significativos identificados pela adoção do CPC 06 (R2) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

- Arrendamento de máquinas, equipamentos, veículos e imóveis.

Adicionalmente, o CPC 06 (R2) substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em debêntures se encontram descritos na Nota Explicativa nº 13 e nº 14.

As contas patrimoniais não sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos os compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial, o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar ajustados a valor presente em R\$247. O patrimônio líquido não sofreu impacto na adoção inicial devido a escolha pelo modelo da abordagem retrospectiva simplificada.

A Companhia apresenta a movimentação do direito de uso no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 na Nota Explicativa nº 11 Intangível, e a movimentação do arrendamento a pagar na Nota Explicativa nº 15 Arrendamentos a pagar.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	3.542	3.966
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	5.149	20.256
Operações compromissadas (b)	6.502	2.782
Certificado de depósito bancário CDB (c)	2.098	-
Aplicações automáticas (d)	4.374	-
	<u>21.665</u>	<u>27.004</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7), 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de aplicações financeiras - conta reserva era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 98,0% em 31 de dezembro de 2019 (99,1% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (75% em 31 de dezembro de 2018), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 88,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações rentáveis.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2019	31/12/2018
Recursos não vinculados	499	-
	499	-

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 99,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	31/12/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico (a)	11.323	10.278
Receitas acessórias (b)	1	177
Outras contas a receber	370	-
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	(17)	(15)
	11.677	10.440

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	11.676	10.438
Vencidos:		
De 31 a 90 dias	1	2
Acima de 120 dias	17	15
	11.694	10.455

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	15	12
Valores recuperados e baixados	(4)	-
Constituição de PECLD	6	3
Saldo no fim do exercício	17	15

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	353	633
Adições	53	1.758
Baixas	(109)	(2.054)
Atualização monetária	6	16
Saldo no fim do exercício	303	353

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Cível	-	5
Trabalhista	303	348
	303	353

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	25,00	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	2,7	6	8	26,80	-	0,4	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2018	17.062	6.059	2.152	1.018	9	894	27.194
Adições	1.086	600	133	-	-	-	1.819
Baixas	(252)	(36)	-	-	-	-	(288)
Saldos em 31/12/2019	17.896	6.623	2.285	1.018	9	894	28.725
DEPRECIAÇÃO							
Saldos em 31/12/2018	(15.779)	(3.618)	(1.215)	(675)	-	(873)	(22.160)
Adições	(472)	(378)	(177)	(273)	-	(4)	(1.304)
Baixas	252	36	-	-	-	-	288
Saldos em 31/12/2019	(15.999)	(3.960)	(1.392)	(948)	-	(877)	(23.176)
RESIDUAL							
Em 31/12/2019	1.897	2.663	893	70	9	17	5.549
Em 31/12/2018	1.283	2.441	937	343	9	21	5.034

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20	10	10	20	-	-	
Taxa média ponderada de depreciação - %	4,5	6,2	8,9	16,6	-	0,4	
CUSTO							
Saldos em 31/12/2017	16.675	5.631	2.198	1.018	9	894	26.425
Adições	401	432	-	-	-	-	833
Baixas	(14)	(4)	(46)	-	-	-	(64)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	17.062	6.059	2.152	1.018	9	894	27.194
DEPRECIÇÃO							
Saldos em 31/12/2017	(15.032)	(3.262)	(1.063)	(507)	-	(866)	(20.730)
Adições	(761)	(360)	(192)	(169)	-	(4)	(1.486)
Baixas	14	4	38	-	-	-	56
Transferências	-	-	2	1	-	(3)	-
Saldos em 31/12/2018	(15.779)	(3.618)	(1.215)	(675)	-	(873)	(22.160)
RESIDUAL							
Em 31/12/2018	1.283	2.441	937	343	9	21	5.034
Em 31/12/2017	1.643	2.369	1.135	511	9	28	5.695

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Veículos", estavam vinculados como garantia dos empréstimos (vide Nota Explicativa nº 13).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Adoção CPC 06 (R2) (iv)	Total
Taxa anual de amortização - % (ii)	20	10	10	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	2,7	6	8	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2018	508.154	5.980	2.067	-	516.201
Adições	25.146	49.369	315	-	74.830
Baixas	(122)	(75)		-	(197)
Transferência	(16.730)	16.607	123	-	-
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	-	-	316	316
Saldos em 31/12/2019	516.448	71.881	2.505	316	591.150
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2018	(186.178)	-	(1.469)	-	(187.647)
Adições	(46.699)	-	(240)	(294)	(47.233)
Baixas					-
Saldos em 31/12/2019	(232.877)	-	(1.709)	(294)	(234.880)
RESIDUAL					
Em 31/12/2019	283.571	71.881	796	22	356.270
Em 31/12/2018	321.976	5.980	598	-	328.554

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento	Softwares de terceiros	Total
Taxa anual de amortização - %	20	10	10	-
Taxa média ponderada de amortização - %	2,7	6	8	-
CUSTO				
SalDOS em 31/12/2017	441.026	54	1.696	442.776
Adições	63.389	9.665	371	73.425
Transferência	3.739	(3.739)	-	-
SalDOS em 31/12/2018	508.154	5.980	2.067	516.201
AMORTIZAÇÃO				
SalDOS em 31/12/2017	(149.931)	-	(1.302)	(151.233)
Adições	(36.247)	-	(167)	(36.414)
SalDOS em 31/12/2018	(186.178)	-	(1.469)	(187.647)
RESIDUAL				
Em 31/12/2017	321.976	5.980	598	328.554
Em 31/12/2018	291.095	54	394	291.543

- (i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro 2019, as principais adições nesta rubrica referem-se a: recuperação de pavimento e sinalização horizontal e vertical do Polo de Pelotas, obras no TAC e implantação de monitoramento das praças de pedágios.
- (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2019 foram 9,27% a.a. (7,62% a.a. em 31 de dezembro de 2018).
- (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referem-se a: recuperação e levantamento dos parâmetros de pavimentos e implantação de drenos de pavimentos e recuperação de obras de artes e especiais.
- (iv) Vide Nota Explicativa nº 5.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram capitalizados R\$1.967 referentes a encargos financeiros (R\$243 em 31 de dezembro de 2018) de empréstimos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de 12,89%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures) (1,47%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não identificou fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Os principais fatores externos compreendem, substancialmente histórico e projeção de PIB, correlação das projeções de tráfego com PIB e histórico de geração de caixa e lucratividade da Companhia.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	31/12/2019
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	511	81	-	592	81
Provisão para manutenção	4.141	2.569	(2.313)	4.397	256
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(10.037)	-	1.384	(8.653)	1.384
Juros capitalizados	(198)	(669)	24	(843)	(645)
Realização do ágio na incorporação	2.578	-	(350)	2.228	(350)
Outros	30	8	(36)	2	(28)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(2.975)	1.989	(1.291)	(2.277)	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					698

Em atendimento ao CPC 32 item 73, registramos em 31 de dezembro de 2019 R\$2.277 no passivo não circulante (R\$2.975 em 31 de dezembro de 2018).

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2019	31/12/2018
	Passivo	Passivo
2019		1.262
2020	1.199	1.052
2021	1.199	(971)
2022	(1.074)	(971)
2023	(1.074)	(971)
Posteriores a 2023	(2.527)	(2.376)
	<u>(2.277)</u>	<u>(2.975)</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	164.834	146.156
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(56.044)	(49.693)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(97)	(70)
Juros sobre o capital próprio	552	502
Despesas indedutíveis	(3)	(10)
Incentivos fiscais (PAT)	266	239
Outros	2	570
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(55.324)</u>	<u>(48.462)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(56.022)	(50.950)
Impostos diferidos	698	2.488
Taxa efetiva	33,6%	33,2%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	11.082	8.947
Despesa IR/CS DRE	56.020	50.950
Total de IR/CS pagos	<u>(64.694)</u>	<u>(48.815)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>2.408</u>	<u>11.082</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. EMPRÉSTIMOS

Credor	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional:				
Finame	11/2020	6,0% a.a.	46	97
			<u>46</u>	<u>97</u>
Circulante			46	51
Não circulante			-	46

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	97	176
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	4	9
Pagamento principal	(51)	(79)
Pagamento de juros	(4)	(9)
Saldo no fim do exercício	<u>46</u>	<u>97</u>

Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
Itaú	Não exigem manutenção dos índices	Alienação do bem

14. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão	05/2020	107,0% CDI a.a.	50.085	167.414
2ª Emissão	06/2020	110,75% CDI a.a.	59.775	50.123
3ª Emissão	06/2020	107,0% CDI a.a.	178.126	56.122
			<u>287.986</u>	<u>273.659</u>
Circulante			287.986	66
Não circulante			-	273.593

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	273.659	259.141
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	17.628	17.967
Pagamento de juros	(3.301)	(3.449)
Saldo no fim do exercício	<u>287.986</u>	<u>273.659</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016, 105,7% do CDI *over* quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017, 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020, 107,0% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecida nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 107,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,12
2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,12
3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,12

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	-	-	-
2020	-	-	-	273.621	(28)	273.593
	-	-	-	273.621	(28)	273.593

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série Única - 1ª Emissão	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI a.a.	10,91%
Série Única - 2ª Emissão	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI a.a.	7,72%
Série Única - 3ª Emissão	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI a.a.	6,82%
		248.000	(555)	247.445		

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	51
Circulante	37
Não circulante	14

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2019
Adoção inicial CPC 06 (R2) (vide Nota Explicativa nº 5)	316
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 23)	156
Pagamento principal	(265)
Pagamento de juros	(156)
Saldo no fim do exercício	51

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	2.097	-	11.212	5.602
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	25	-	25	300	-	300
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	-	-	239	-	-	-
	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	115	-	-	670
Rodovia das Cataratas S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	81	-	-	-
Eco135 Concessionária de rodovias S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	39	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Outras partes relacionadas	25	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019		50	-	2.596	300	11.212	6.572
Total em 31 de dezembro de 2018		30	157	4.587	289	11.536	6.863

- (a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas, fiscalização e gerenciamento de obras. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$17.674. O saldo em aberto de R\$2.097 em 31 de dezembro de 2019 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A companhia e sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecosul loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor de permissão de uso.
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- (d) Refere-se ao aluguel do imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento em 30 dias

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 em R\$1.025 (em 31 de dezembro de 2018 no montante R\$1.616).

A remuneração aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração (fixa/variável)	742	824
Gratificação		-
Plano de opção com base em ações		7
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	13	(81)
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	82	76
Previdência privada	29	27
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	147	109
	<u>1.015</u>	<u>964</u>

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente à taxa de 4,85% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos, estando demonstrado a seguir:

	31/12/2018	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2019
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	51.713	7.168	-	-	58.881
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 22)	(4.982)	(640)	-	-	(5.622)
Realização da manutenção	(38.213)	-	(6.801)	-	(45.014)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	3.660	-	-	1.028	4.688
	12.178	6.528	(6.801)	1.028	12.933
Circulante	7.847				8.272
Não circulante	4.331				4.661

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 22)	39.904	11.809	-	-	51.713
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 22)	(4.530)	(452)	-	-	(4.982)
Realização da manutenção	(29.556)	-	(8.657)	-	(38.213)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 23)	2.701	-	-	959	3.660
	8.519	11.357	(8.657)	959	12.178
Circulante	7.881				7.847
Não circulante	638				4.331

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas:		
Verba de Fiscalização (a) (b)	255	232
Verba Polícia Rodoviária (c)	-	-
	255	232
Circulante	255	232

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação do pedágio.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	232	214
Custo (vide Nota Explicativa nº 22)	3.378	3.121
Pagamento do principal	(3.355)	(3.103)
Saldo no final do exercício	255	232

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão de 2019 ao fim da concessão	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Natureza dos custos</u>		
Melhorias na infraestrutura	104.633	169.068
Conservação especial (manutenção)	164.366	68.280
Equipamentos	38.317	37.515
Total	307.316	274.863

19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	1.249	255	1.504
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	424	388	812
(-) Pagamentos	(1.495)	(350)	(1.845)
(+) Atualização monetária	1.125	147	1.272
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.303	440	1.743

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.031	791	1.822
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	663	639	1.302
(-) Pagamentos	(704)	(994)	(1.698)
(+) Atualização monetária	259	(181)	78
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.249	255	1.504

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$47.202 em 31 de dezembro de 2019 (R\$21.844 em 31 de dezembro de 2018), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2019, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$2.328 (R\$3.187 em 31 de dezembro de 2018), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2019, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$15.089 (R\$18.699 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o saldo é de R\$3.551, o qual atingiu o limite de constituição de reserva.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$89.289 refere-se a: R\$21.934 saldo de dividendos remanescentes de 2018, R\$ 260 de juros sobre capital próprio remanescentes de 2018, R\$65.678 dividendos intermediários do exercício de 2019 e R\$1.417 (dos R\$1.624 contabilizados) a título de juros sobre capital próprio do exercício de 2019. O saldo de R\$ 207 de juros sobre capital próprio está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	109.510	97.694
Constituição da reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	<u>109.510</u>	<u>97.694</u>
Dividendos intermediários pagos	(65.678)	(75.760)
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>(1.624)</u>	<u>(21.934)</u>
Dividendos adicionais propostos (*)	<u>(42.208)</u>	<u>-</u>

(*) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2019.

e) Reserva de capital – ágio na incorporação

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o saldo é de R\$ 4.900.

21. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

relativos aos serviços entregues.

- c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	123.517	131.769
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	114.871	101.843
Vale-pedágio	99.159	78.225
Outras	223	-
	<u>337.770</u>	<u>311.837</u>
Receita de construção (b)	69.491	71.342
Receitas acessórias (c)	442	651
	<u>407.703</u>	<u>383.830</u>
Deduções de receita bruta	(29.261)	(27.049)
	<u>378.442</u>	<u>356.781</u>
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	337.770	311.837
Receitas acessórias	442	651
	<u>338.212</u>	<u>312.488</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(10.146)	(9.375)
PIS (0,65%)	(2.198)	(2.031)
ISS (2% a 5%)	(16.899)	(15.609)
Abatimentos	(18)	(34)
	<u>(29.261)</u>	<u>(27.049)</u>

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	18.041	18.564
Conservação e manutenção e outros	13.464	12.129
Serviços de terceiros (*)	28.807	29.479
Seguros	721	712
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	3.378	3.121
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 17)	6.528	11.357
Custo de construção de obras	69.491	71.342
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 10 e 11)	48.537	37.900
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	1.322	1.668
Outros custos e despesas operacionais	5.796	5.738
	<u>196.085</u>	<u>192.010</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	179.330	174.404
Despesas gerais e administrativas	16.755	17.606
	<u>196.085</u>	<u>192.010</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.896	1.572
Variação monetária créditos fiscais	6	-
Outras receitas financeiras	1	17
	<u>1.903</u>	<u>1.589</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(4)	(9)
Juros sobre debêntures	(17.571)	(17.869)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(57)	(98)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(1.028)	(959)
Obrigações fiscais	(1.272)	(78)
Juros Capitalizados	1.967	243
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2)	(156)	-
Pis/cofins s/ outras receitas financeiras	(88)	-
Outras despesas financeiras	(1.262)	(1.426)
	<u>(19.471)</u>	<u>(20.196)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.568)</u>	<u>(18.607)</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	109.510	97.694
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	17.755	17.755
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>6,17</u>	<u>5,50</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (a)	288.338	273.988
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(21.665)	(27.004)
Dívida líquida	266.673	246.984
Patrimônio líquido (b)	68.992	48.718
Índice de endividamento líquido	3,87	5,07

(a) A dívida é definida como empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nºs 13, 14, 15 e 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 87,8% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (99,1% em 31 de dezembro de 2018).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	3.542	3.542
Clientes (i)	Custo amortizado	11.677	11.677
Aplicações financeiras (ii)	Valor justo através do resultado	18.622	18.622
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	8.489	8.489
Empréstimos (iii)	Custo amortizado	46	46
Debêntures (iii)	Custo amortizado	287.986	287.986
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	51	51
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	255	255

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$6.691 (R\$6.185 em 31 de dezembro de 2018), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses
Debêntures	107,0% CDI a.a.	181.147
Debêntures	110,75% CDI a.a.	51.177
Debêntures	107,0% CDI a.a.	60.952
Finame	6% a.a.	48
		<u>293.324</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	440	551	661
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(45.277)	(46.559)	(47.833)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(44.837)</u>	<u>(46.008)</u>	<u>(47.172)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	4,4%	5,5%	6,5%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2019.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.